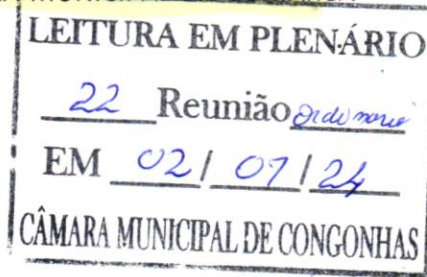


EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA COMARCA  
DE CONGONHAS-MG.

C/CÓPIA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO LOCAL



**VANDERLEI GOMES DINIZ**, brasileiro, solteiro, servidor público, inscrito no RG nº MG.12.761.634, e no CPF nº 035.339.766-02, residente e domiciliado a rua Santa Terezinha, nº 193, Bairro Dom Silvério, CEP 36.416-076, Congonhas/MG, portador do Título de Eleitor nº 0911.6489.02-30, Seção 0026, Zona 085, cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos, conforme documento anexo, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer abertura de Comissão Processante, nos moldes do Decreto Lei nº 201/1967 em face do vereador **IGOR JONAS SOUZA COSTA**, Presidente da Câmara Municipal de Congonhas, de qualificação ignorada, conforme fatos e fundamentos alinhados abaixo.

#### I - DA ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 2079/2024  
Data: 01/07/2024 - Horário: 16:32  
Legislativo

O Decreto Lei n. 201/67, estabelece que:

*"Art. 5 - O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:- A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento. Será*

Requerimento de abertura de Comissão Processante nº 7/2024  
Vanderlei Gomes Diniz

*convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.*

*(...)*

*I – Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;*

*(...)*

*Parágrafo 1. – O Processo de cassação de mandato de Vereador é, no que couber, o estabelecido no artigo 5 deste decreto-lei.*

Assim, com a jurisprudência inclusive pacificada, qualquer cidadão poderá efetuar a denúncia em face do Prefeito Municipal ou de Vereador e ou Vereadores, perante o Poder Legislativo, para que esta analise a admissibilidade da acusação e, posteriormente, a instauração do processo próprio.

Na admissibilidade da denúncia a Câmara de Vereadores verificará a consistência da acusação, se os fatos e as provas dão sustentabilidade, se os fundamentos são plausíveis ou, ainda, se a notícia do fato denunciado tem razoável procedência.

## **II – FATOS A SEREM APURADOS**

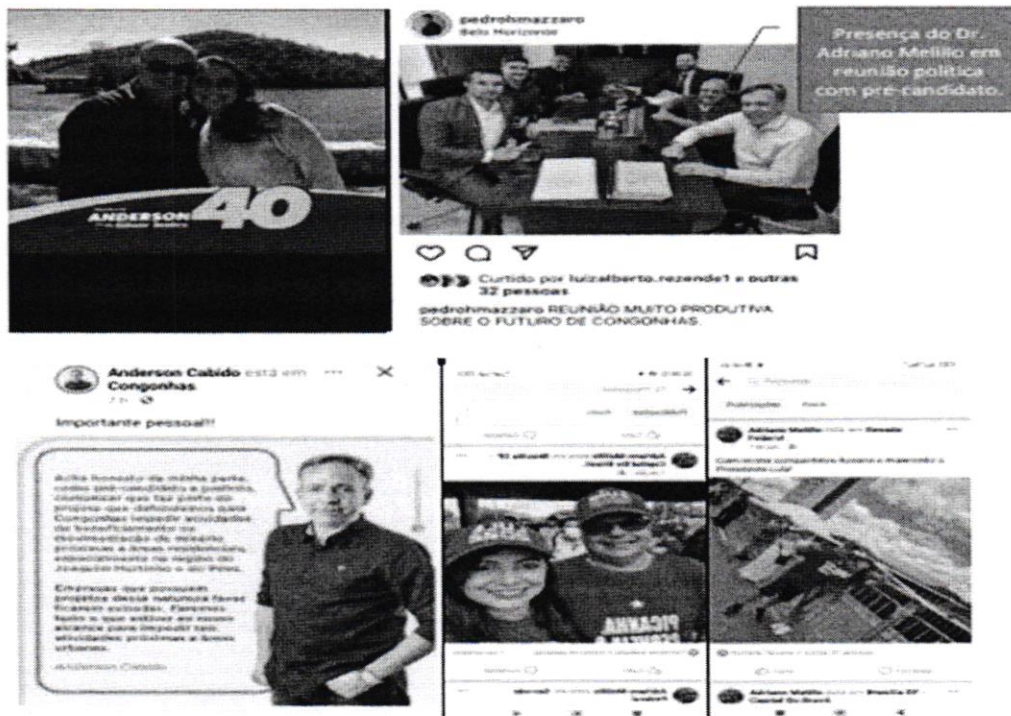
### ***(SUPOSTA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DE PREVARICAÇÃO)***

Conforme se depreende dos documentos em anexo, o Procurador da Câmara Municipal de Congonhas, Dr. Adriano Melillo, durante toda integralidade do exercício da sua função pública, vêm exercendo reuniões, ações partidárias, publicações em redes sociais, em favor de pré-candidato à Prefeitura de Congonhas, em total afronta ao Princípio da Moralidade Administrativa, que abrange a Isonomia e Imparcialidade do Agente Público, conforme comprovam todos documentos anexos. Em outras palavras, inicialmente importante salientar que a função pública de Procurador Geral da Câmara Municipal, visa auxiliar o controle externo ao Poder Executivo, conforme previsto no Art. 4º do Regimento interno:

*Vanderlei Gomes*

***"Art. 4º. As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, motivação, razoabilidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanitárias que se fizerem necessárias."***

Ou seja, todas as condutas e ações praticadas pelo Procurador Geral demonstram, de forma clara e inequívoca, afronta expressa aos princípios da legalidade, impessoalidade e da ética político administrativa, ao praticar ações em favor de partido político e de candidato postulante ao pleito de prefeito municipal que ocorrerá em outubro de 2024, conforme comprovam fotos abaixo:



Ao participar de reuniões, demonstrando claro apoio ao pré-candidato a prefeito de oposição à atual gestão, configuram de forma ostensiva, incompatibilidade ao exercício da função de Procurador Geral do Poder Legislativo Municipal, uma vez que torna-se impossível auxiliar os vereadores para exercer "As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da

Vanderlei Gomes



legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, motivação, razoabilidade e da ética político-administrativa", prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Não bastassem as condutas e ações praticadas pelo Procurador Municipal configurarem de forma clara afronta ao princípio da impessoalidade e moralidade administrativa, ainda configura propaganda eleitoral antecipada em favor de pré-candidato às eleições Municipais de 2024, sendo que tais ações em momento algum são coibidas pelo atual presidente da Câmara de Vereadores de Congonhas, sendo flagrante a conduta penal de prevaricação, bem como de improbidade administrativa descritas na Lei Federal nº Lei 8.429, de 2 de junho de 1992. Senão Vejamos:

"Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: (Vide ADPF 881)  
Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa."

Assim, também temos em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a propaganda eleitoral antecipada pode ser implícita ou explícita. O simples fato de o conteúdo eleitoral da divulgação ter vindo implícito, não descaracteriza a falta cometida pelo seu divulgador.

Destarte, não é possível alegar a própria esperteza ao elaborar um conteúdo subliminar para eximir-se da responsabilidade. Contudo, ressalta-se que esse é um conteúdo de difícil identificação.




No presente caso, o Procurador Geral Dr. Adriano Melillo ao participar de Reunião com Pré-Candidato a Prefeito, opositor declarado da atual gestão do Poder Executivo, cujo título da publicação foi "REUNIÃO MUITO PRODUTIVA SOBRE FUTURO DE CONGONHAS", acaba por demonstrar de forma inequívoca sua suspeição nas funções de Procurador Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Congonhas/MG, isso porque afronta de maneira cristalina os requisitos de impessoalidade e imparcialidade inerentes ao cargo e a função pública que se espera de um Procurador do Poder

Vanderlei Gomes

Importante salientar que o Procurador Geral acaba por vincular a imagem institucional do Poder Legislativo Municipal ao partido político do pré-candidato a prefeito, partido este que o Procurador Geral já foi Presidente, conforme comprova Documento Anexo, o qual reproduzimos abaixo:

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - 40  
Órgão provisório

**Informações**  
**Certidão da Composição**

Membros							Membros Ativos
Certidão	Nome	Cargo	Resp. Adm.	Resp. Fin.	Início	Fim	Situação
	CLÁUDIA VALERIA DE VASCONCELOS PEREIRA	VOGAL	NÃO	NÃO	08/10/2020	16/03/2021	Inativo
	HELOISA MARGARIDA DE FREITAS JÚNIOR	VOGAL	NÃO	NÃO	09/10/2020	16/03/2021	Inativo
	ADRIANO MELLO	PRESIDENTE(A) DA COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL	SIM	SIM	09/10/2020	16/03/2021	Inativo



Vandevi Ganes Dey

Não bastassem as condutas e ações praticadas pelo Procurador Geral da Câmara Municipal configurarem de forma clara afronta ao princípio da impessoalidade e moralidade administrativa, cabe ainda ressaltar que o Procurador Geral aufer, mensalmente, salário superior ao teto do funcionalismo público, chegando a receber em janeiro de 2023, proventos extraordinários no valor de R\$93.096,71 (noventa e três mil e noventa e noventa e seis reais e setenta e um centavos), conforme comprova documento obtido em consulta ao site da Câmara Municipal de Congonhas, disponível em <https://www.congonhas.mg.leg.br/transparencia>:

Observa-se que o Procurador da Câmara Municipal recebe, mensalmente, proventos no valor de R\$55.899,53 (cinquenta e cinco mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos), proventos estes superiores ao proventos recebidos atualmente pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, reajustados pela Lei 14.520/23, a partir de abril 2023, para R\$41.650,92 (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), conforme notícia publicada no sítio eletrônico da Câmara Federal <https://www.camara.leg.br/noticias/933771-sancionadas-leis-que-reajustam-salario-deservidores-publicos-de-ministros-do-stf-e-de-outras-autoridades/>

Sendo assim, faz-se necessária a presente medida de abertura de Comissão Processante, uma vez que **o atual Presidente da Câmara, o Vereador Igor Jonas Souza Costa, ordenador de despesa do Poder Legislativo continua a pagar ininterruptamente super salários ao Procurador Municipal, Dr. Adriano Melillo em flagrante prática de improbidade administrativa descrita no texto da Lei Federal nº Lei 8.429, de 2 de junho de 1992.** Senão Vejamos:

(ú

Vanderlei Gomes D. J.



(ú

Portal da TRANSPARÊNCIA

Estado do Rio de Janeiro 2024 - Prefeitura Municipal de Condição - Dados Abertos

Portal da TRANSPARÊNCIA Covid-19

Servidores

Exiba o que você quer ver sobre os Servidores

☒ Salários Abertos ☐ Cargos e Salários ☐ Salários Aparentados/Prescritos

☐ Todos Abertos no mês ☒ Março Mensal ☐ Recibo

Exiba em: Mês  Filtro: 0

Servidores Abertos - Março Mensal de 2024

Exportar dados para: PDF CSV XLS

Referência	Nome	Vínculo	Cargo	Previdência	Descontos	Líquido
Folha Mensal - Janeiro	ADRIANO MUELO	CARGO ELETIVO - VINCULO HPP	PROCURADOR DA CÂMARA	135.000,00	58.342,77	56.657,23
Folha Mensal - Fevereiro	ADRIANO MUELO	CARGO ELETIVO - VINCULO HPP	PROCURADOR DA CÂMARA	14.580,00	23.521,70	61.958,30
Folha Mensal - Março	ADRIANO MUELO	CARGO ELETIVO - VINCULO HPP	PROCURADOR DA CÂMARA	16.191,87	23.580,00	42.201,97
Folha Mensal - Abril	ADRIANO MUELO	CARGO ELETIVO - VINCULO HPP	PROCURADOR DA CÂMARA	14.699,24	25.338,23	46.471,31
Folha Mensal - Maio	ADRIANO MUELO	CARGO ELETIVO - VINCULO HPP	PROCURADOR DA CÂMARA	14.699,24	25.338,23	46.471,31
				419.268,04	640.521,96	289.771,08

Mostrando página 1 - Total de páginas: 1 - Total de linhas: 5 - Ordene os dados clicando no cabeçalho das colunas.

#### (\* Últimos Salários do Procurador Retirados do Portal da Transparência)

Ademais, em recente decisão, Supremo Tribunal Federal (STF) **decidiu que o teto constitucional do funcionalismo público deve ser aplicado sobre o valor bruto da remuneração, sem os descontos do Imposto de Renda (IR) e contribuição previdenciária. A decisão foi tomada na sessão desta quarta-feira (15) no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 675978**, com repercussão geral reconhecida, no qual um agente fiscal de rendas de São Paulo alegava que a remuneração a ser levada em conta para o cálculo do teto é a remuneração líquida – já descontados os tributos –, e não a bruta. O recurso foi desprovido pelo Plenário por unanimidade.

Com o julgamento do recurso, de relatoria da Ministra, Dra. Cármen Lúcia, foi fixada tese para fins da repercussão geral: **“Subtraído o montante que exceder o teto e subteto previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, tem-se o valor que vale como base para o Imposto de Renda e para a contribuição previdenciária”**.

Nesse sentido, a presente medida de abertura de Comissão Processante, visa o balizamento e garantia do Princípio da Moralidade Administrativa, para preservação ao erário público, em razão dos super salários percebidos pelo Procurador Geral da Câmara,

Vanderlei Gomes Diniz

o Dr. Adriano Melillo, que comprovadamente ultrapassam os proventos recebidos pelos Ministros do STF.

No mesmo sentido, o protocolo de abertura de Comissão Processante visa também busca resguardar a Moralidade Administrativa, com efeitos preventivos, como forma de garantir a impessoalidade das funções do Poder Legislativo, para garantir a isonomia, transparência, eficiência e impessoalidade da Câmara Municipal de Congonhas, no exercício das funções de controle externo do Poder Executivo em geral, prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal

É um verdadeiro absurdo o que se passa no Poder Legislativo da cidade de Congonhas, os Nobres Vereadores devem dar exemplo e não serem complacentes a nefasta e abominável conduta criminosa, sendo flagrante a perseguição política ao atual chefe do executivo municipal, sendo que o atualmente o Presidente da Câmara Municipal de Congonhas tem sido complacente com os atos descritos alhures, estando constatado as práticas lesivas ao erário público de Improbidade Administrativa e prevaricação, permitindo-se ao Procurador Geral receber vencimentos acima do permitido pela legislação brasileira, bem como prática de atos políticos, quando da sua função espera-se neutralidade, impessoalidade e moralidade.

Não fosse os atos de improbidade administrativa (Pagamento de Vencimentos Acima do Teto dos Ministros do STF ao Procurador Municipal) pelo ordenador de despesas do Poder Legislativo, o Vereador Igor Jonas Souza Costa, que já seria o bastante para cassar o mandato do vereador para que ele fique longe da vida política, ele ainda é omissos e pratica o crime de prevaricação, deixando o Procurador Geral da Câmara, Dr. Adriano Melillo atuar politicamente nas dependências da Câmara Municipal de Congonhas, afrontando os princípios administrativos da moralidade e impessoalidade em flagrante atuação político partidária.

As infrações político-administrativas em face dos atos, que em tese, foram praticados pelo Denunciado, estão elencadas no inciso I, do artigo 7 do Decreto Lei n. 201/1967, e, devem ser apuradas pelo órgão legislativo municipal, e seguindo o rito ali previsto. Tais

Vanderlei Gomes Diniz



infrações tem forte aspecto político, defendendo o decoro, as normas institucionais dos poderes municipais, a ordem e funcionamento dos órgãos locais e os seus orçamentos.

O referido Decreto-Lei pretendeu proteger a integridade e a regularidade dos institutos municipais, assim Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, não restam dúvidas quanto à comprovação dos supostos crimes praticados pelo Denunciado, sendo que este ilibado Parlamento, certamente não será conivente com condutas ilícitas, **COM CRIMES PRATICADOS POR PARLAMENTARES!!!!!!!**

A moralidade é princípio constitucional da Administração Pública, inscrito no art. 37, caput, da Constituição da República, ensejando que o Administrador Público, incluindo-se, aqui, por óbvio o vereador.

Tal princípio está previsto também, no art. 11, caput, da Lei de Improbidade Administrativa, indica como uma das consequências possível e cabível quando o Administrador infrinja a regra moral a condenação por improbidade administrativa, cujas penas estão previstas no art. 12, inciso III, da Lei n. 8.429/1992, esmiuçando que ao Administrador Público, além dos princípios constitucionais administrativos, existe o dever de honestidade e lealdade.

Um verdadeiro absurdo!!!!

O Denunciado usa e abusa de sua prerrogativa constitucionais e legais, permitindo de forma flagrante a atuação político-partidária de Procurado Municipal que deveria ser isento, bem como permitindo o pagamento de super salários ao mesmo, gerando danos ao erário público, estando tipificada as condutas penais de prevaricação e improbidade administrativa.

### III - PEDIDOS

Pelo exposto, requer a Vossa Excelência:

Vanderlei Gomes

- a) O recebimento e processamento da presente denúncia, sob pena de PREVARICAÇÃO, e com base na Constituição Federal e Lei Orgânica municipal, seguindo o rito estabelecido pelo Decreto-Lei n. 201/67;
- b) Após questões legais, seja a denúncia lida na primeira sessão e submetida sua aceitação ao plenário desta Casa Legislativa;
- c) Caso aceita, seja constituída, na mesma sessão, a Comissão Processante, e após sua instalação, seja notificado o Denunciado para apresentar defesa prévia, por escrito e indicar as provas que pretende produzir, podendo arrolar testemunhas;
- d) Com a defesa, seja emitido parecer da Comissão Processante sobre o prosseguimento ou não, submetendo o feito ao plenário;
- e) Sendo votado o prosseguimento da denúncia, seja determinado o início da instrução, designando os atos, diligências e audiências que se fizerem necessárias para depoimento do denunciado e inquirição de testemunhas;
- f) Seja oportunizada a denunciada a apresentação de razões finais, no prazo legal, e emitido o parecer final da Comissão Processante;
- g) Ao final, seja julgada procedente a denúncia, em sessão de julgamento no plenário desta Casa Legislativa, por 2/3 de seus membros, em votação nominal e aberta, com a competente perda do Cargo de Vereador do Denunciado e a expedição do seu respectivo Decreto Legislativo de Cassação;
- h) Seja enviada cópia dos autos finais para o Ministério Público de Minas Gerais;
- i) Em qualquer caso, seja comunicado o resultado a Justiça Eleitoral.

Termos em que,

Pede deferimento.

Congonhas, 01 de julho de 2024.

  
**VANDERLEI GOMES DINIZ**  
CPF nº 035.339.766-02





FILIAÇÃO

MARIA DAS GRACAS DE SOUZA  
DELCEY GOMES DINIZ

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO

MGNB.MFZH.3SC+.OA1J



Título Eleitoral impresso às 16:31 de  
20/03/2023 para eleitor/eleitora com  
biometria não coletada

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na  
página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço:  
[www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br) por meio do código de validação ou QR Code.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

JUSTIÇA ELEITORAL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

VANDERLEI GOMES DINIZ

DATA DE NASCIMENTO

22/02/1973

INSCRIÇÃO

091164890230

ZONA

085

SEÇÃO

0026

MUNICÍPIO / UF

CONGONHAS / MG

DATA DE EMISSÃO

11/02/2016

Vanderlei Gomes Diniz



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **VANDERLEI GOMES DINIZ**

Inscrição: **0911 6489 0230**

Zona: 085      Seção: 0026

Município: 43591 - CONGONHAS

UF: MG

Data de nascimento: 22/02/1973

Domicílio desde: 12/07/1989

Filiação: - MARIA DAS GRACAS DE SOUZA  
- DELCY GOMES DINIZ

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): OUTROS

Certidão emitida às 15:57 em 01/07/2024

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**HRTJ.DRP/.DVWW.V+WM**

*Vanderlei Gomes Diniz*



**COPASA**

**NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS**

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.330-900

CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Inscrição Estadual: 062.000139.00-14

AGÊNCIA  
MAIS  
PRÓXIMA

IDEAL 70  
IDEAL - CONGONHAS  
De 05/06/2024 às 05/07/2024

Fale com a COPASA  
0800 0300 115

TARCIZO APOLINARIO DOS SANTOS  
R SANTA TEREZINHA, 193CA A  
DOM SILVERIO  
CONGONHAS

36.416.076  
MG

**REFERÊNCIA DA FATURA**

Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês de Referência	Grupo
001.24.30466327-1	05/06/2024	05/06/2024	06/2024	050

**QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS**

SERVIÇO	Social	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
Água		1			
Esgoto		1			

**MATRÍCULA**

0 010 865 076 6

**IDENTIFICADOR USUÁRIO**

0 021 851 463 4

HIDRÔMETRO	PERÍODO CONSUMO/LEITURA	PRÓXIMA LEITURA
1.16.0070075	Atual: 05/06/2024 Anterior: 06/05/2024 150 151	05/07/2024

**CONSUMO FATURADO**

Dias	m³	Litros
30	2	2000

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

	Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros
Jun/2024	2.000	30	66
Mai/2024	4.000	31	129
Abr/2024	4.000	31	96
Mar/2024	3.000	31	107
Fev/2024	3.000	29	103
Jan/2024	1.000	29	60
Dez/2023	2.000	31	64
Nov/2023	2.000	31	156
Out/2023	2.000	30	66
Sep/2023	2.000	30	121
Ago/2023	2.000	31	
Jul/2023			

**CONSUMO MÉDIO**

m³	litros
2	2000

**SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO**

litros de água	
Água	Esgoto
R\$ 0,25	R\$ 2,00

**TARIFA**

Faixas de consumo em 1.000 litros	Consumo de faixas em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	R\$ / Mil litros Água	Valor Água R\$	R\$ / Mil litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	R\$ / Mil litros Total	Valor Total R\$
Faixa 0 a 5	2.00000	1	2.000	2.0000	4.00	2.0000	4.00	4.0000	8.00

Vanderlei Gomes D-2

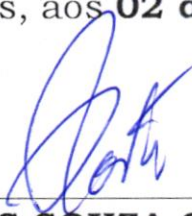




**Pedido de Abertura de  
Comissão Processante 7/2024**

Rejeitado em única discussão e votação, pelos votos contrários dos vereadores: Sebastião Moreira, José Bernardes, Eduardo Ladislau, Averaldo Pereira, Eduardo Matosinhos, Roberto Kleiton, Edonias Clementino, Vanderlei Eustáquio, Gerson Daniel, Lucas Santos, Patrícia Monteiro e Hemerson Ronan, totalizando 12 votos. O Presidente não vota na matéria – 22ª Reunião Ordinária – 02/07/2024.

Câmara Municipal de Congonhas, aos **02 de julho de 2024**.



---

**IGOR JONAS SOUZA COSTA**  
Presidente – Mesa Diretora

## Requerimento de Abertura de Comissão Processante 7/2024

Matéria encaminhada ao Arquivo. Trâmite finalizado.

Câmara Municipal de Congonhas, 15 de janeiro de 2025.



Secretaria do Legislativo  
Câmara Municipal de Congonhas